



Assembleia Municipal

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária Nº 21, realizada no dia 27 de Abril de 2012

Aos 27 dias do mês de Abril de 2012 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pela Presidente Ana Paula Agostinho Matias (em substituição de Mário Raul Santiago do Céu e os secretários João Vasco Rodrigues Peixinho e João Pedro Antunes Osório. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, António Júlio Lopes Pereira, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Mário Branca André, António Alberto Ventura da Costa, Marco António Heleno Domingos da Silva e Henrique Miguel Caetano Santana. Esteve ausente um deputado da bancada do PS. Estiveram ainda presentes os vereadores Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e João Pedro Costa Arraiolos, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

Constatou-se a ausência de um deputado do PS.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Atas

Após ter sido sujeita a correção depois das sugestões do Presidente da Câmara avançadas na última sessão, a ata nº 18 voltou à Assembleia para ser discutida e votada.

Com as sugestões de correção do deputado Mário André, a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Passou-se à apreciação e votação da ata nº 19. A ata foi aprovada por maioria com uma abstenção

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado apresentou um voto de pesar pelo falecimento de António Miguel Bravo Pereira Jourdan, técnico da equipa de triatlo do Clube Desportivo “Os Águias”. Pelo mesmo motivo foi também apresentado um voto de pesar por parte do deputado Mário André em nome da bancada do PS.

Havendo dois votos de pesar sobre o mesmo assunto a serem discutidos e votados, a Presidente da Mesa sugeriu que as bancadas chegassem a um consenso no sentido de se votar

apenas um voto de pesar conjunto, sugestão à qual ambas as bancadas acederam e que contou com a adesão da bancada do PSD. Assim sendo, achou-se por bem fundir as duas moções e apresentá-la como sendo proposta de todas as bancadas representadas neste órgão.

Posto à votação, o voto de pesar pelo falecimento de António Jourdan foi aprovado por unanimidade.

Intervenção do deputado Henrique Santana assegurando, enquanto Presidente do C. D. “Os Águias”, apesar deste contratempo trágico, a continuidade do projeto para o Triatlo tal como ele estava a ser trabalhado e concebido pelo Professor António Miguel Jourdan.

Interveio em seguida o deputado Marco Silva. O deputado apresentou um voto de pesar pelo falecimento do eurodeputado Miguel Portas. A bancada do PS, pela voz da deputada Graciete Brito, também apresentou um voto de pesar pelo mesmo motivo.

Da mesma forma que em relação ao voto de pesar anterior, chegou-se a um consenso, pelo que passou a existir um voto de pesar único subscrito pelas três bancadas, depois de a bancada do PSD se ter associado.

Posto à votação, o voto de pesar pelo falecimento do eurodeputado Miguel Portas foi aprovado por unanimidade.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho. O deputado apresentou uma moção intitulada “Em defesa do poder local”, na qual se fazia a defesa do poder autárquico local contra os pressupostos da reforma administrativa que o atual Governo pretende fazer aplicar.

Sobre esta moção pronunciou-se o deputado João de Brito, dizendo que dado o estado lamentável em que o PS deixou o país, esta força política não tem moral para fazer críticas desta natureza ao novo governo.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado afirmou que a bancada da CDU está de acordo na generalidade com esta moção, embora lhe pareça que se trata de um documento confuso e com alguns termos que não lhe parecem ser os mais adequados. Por essa razão o deputado vai abster-se nesta votação.

Posta à votação, a moção do PS foi aprovada por maioria com cinco votos a favor, um voto contra do deputado João de Brito e nove abstenções da bancada da CDU.

O deputado Fernando Ramalho retomou a palavra pedindo à Presidente da Mesa para esclarecer os motivos da ausência de um deputado do PS.

A Presidente da Mesa explicou que quando soube que iria assumir as funções de Presidente da Mesa nesta sessão verificou que um deputado eleito pelo PS tinha pedido suspensão do mandato e que não tinha sido enviada nenhuma convocatória ao eleito seguinte na lista, pelo que se prontificou a notificar o deputado municipal, embora com apenas um dia de antecedência.

O deputado Fernando Ramalho lamentou que o Presidente da Assembleia, Mário Santiago, não esteja presente, mas, ainda assim, quis deixar nota de que no seu entendimento a atuação do

Presidente durante as comemorações do 25 de Abril dignificou profundamente o cargo que desempenha. O deputado congratulou-se pela coragem do Presidente e pelo espírito democrático abnegado que demonstrou ter na condução dos trabalhos da sessão solene da Assembleia Municipal. O deputado congratulou-se ainda pela homenagem aos dois lutadores antifascistas, João Sanfona e Manuel Vital, e estranhou que só agora estas duas individualidades tivessem sido homenageadas com a Medalha da Liberdade, dada a sua biografia e o papel desempenhado por cada um no combate ao regime. Tendo em conta a documentação apresentada na homenagem, o deputado entende que não podem restar dúvidas relativamente à justeza desta homenagem. Por ter permitido que esta fosse uma realidade, o deputado, em seu nome pessoal e em nome da sua bancada, expressou o seu mais vivo agradecimento ao Presidente da Assembleia, Mário Santiago, sobretudo quando se assistiu neste órgão à pressão, à incompreensão e à tentativa de que esta homenagem não se realizasse. Acrescentou ainda que ficou manifesta na sessão solene da Assembleia a incompreensão de Alpiarça pelos votos expressados nesta casa aquando da proposta de homenagem desta duas personalidades.

Para além deste assunto, o deputado mencionou com desagrado a crescente degradação da zona ajardinada da Gouxaria, pelo que pediu esclarecimentos sobre este assunto.

Intervenção do deputado João Vasco Peixinho. O deputado comprazeu-se com as declarações do deputado Fernando Ramalho acerca das homenagens e das imagens de apresentação de cada um dos homenageados, mas não pôde deixar de mencionar que na véspera das comemorações, durante uma reunião prévia de preparação das homenagens, os três elementos do PS/Alpiarça que estiveram presentes manifestaram uma clara má vontade em relação ao trabalho da Mesa da Assembleia no que a estas homenagens diz respeito. O deputado ficou por isso satisfeito que tenham gostado das homenagens e que reconheçam que não houve a mínima manipulação de dados relativamente à compilação da informação, como a dada altura parecia quererem insinuar, nomeadamente a Vereadora Sónia Sanfona.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado repudiou a ideia que o deputado Fernando Ramalho passou de que a CDU tinha votado contra as pessoas propostas para a homenagem no 25 de Abril, quando o que se passou foi que a bancada da CDU não concordou com a forma como o ponto foi posto em cima da mesa para discussão, uma vez que a proposta em si continha uma série de irregularidades.

Intervenção da Vereadora Sónia Sanfona. A Vereadora esclareceu que nenhuma das pessoas representantes do PS que estiveram presentes na reunião de preparação das comemorações do 25 de Abril criou qualquer tipo de dificuldade ou incompatibilidade na preparação das cerimónias. O que se passou foi que, não tendo sido solicitado à bancada do PS nenhum elemento para preparar a cerimónia, os membros da bancada decidiram tomar a iniciativa de preparar a apresentação dos dois homenageados e dirigiram-se às suas famílias a fim de solicitarem elementos biográficos e documentação sobre os seus relativos, situação que naturalmente criou expectativas nesses familiares relativamente à apresentação que se faria no dia da homenagem. Ora, na referida reunião constatou-se que os elementos recolhidos tinham sido compilados e selecionados, o que causou inicialmente alguma estranheza aos

representantes do PS, situação que foi rapidamente ultrapassada assim que se prestou esclarecimentos relativamente ao formato pretendido para as cerimónias.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado apresentou uma moção sobre os ideais do 25 de Abril e do 1º de Maio, e um voto de pesar pelo falecimento do munícipe António Cavaca Calarrão, lutador antifascista.

Sobre a moção interveio a deputada Graciete Brito, dizendo que concorda na generalidade com o teor da mesma, embora ela seja extemporânea, pelo menos no que refere ao 25 de Abril.

Interveio também o deputado João de Brito, dizendo que esta moção cheira à *cassete* numa altura em que tudo o que havia a dizer sobre o 25 de Abril já foi dito, sem prejuízo de todos estarem de acordo sobre o teor do documento.

Intervenção do deputado João Osório. Entende o deputado que é inadmissível ouvir alguém dizer num órgão como este que já se disse tudo sobre o 25 de Abril e que o 25 de Abril é *cassete*. O deputado é também da opinião de que a evocação do 25 de Abril não se deve ficar apenas pelas comemorações oficiais no próprio dia.

O deputado João de Brito pediu de novo a palavra para recordar ao deputado João Osório que as suas palavras em nada feriram o 25 de Abril, data sobre a qual tanto o deputado como o deputado João Osório estão perfeitamente de acordo. O que o deputado repudiou foi a utilização que o Partido Comunista pretende fazer do 25 de Abril, iludindo que o 25 de Abril foi uma vitória de todos e não apenas do Partido.

Posta à votação, a moção foi aprovada por maioria com um voto contra.

Não havendo inscrições para a discussão do voto de pesar pelo falecimento de António Cavaca Calarrão, o voto foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade.

O deputado Celestino Brasileiro retomou a sua intervenção, dizendo que, apesar de não estar referido no voto de pesar que apresentou, o António Cavaca Calarrão foi também homenageado com a Medalha da Liberdade do Município. De resto, não querendo repetir o que disse o seu camarada de bancada João Osório, o deputado reiterou que a CDU nunca esteve contra os nomes propostos para a homenagem, mas sim contra a forma como a proposta foi apresentada pelo Partido Socialista. O deputado referiu ainda que se o PS tinha tanta vontade de homenagear estas duas personalidades no âmbito da Assembleia Municipal, não se entende porque é que não o fez nos 12 anos em que esteve à frente desta Autarquia. Em todo o caso, entende que quando se apresentam nomes para serem homenageados tem de se apresentar igualmente o percurso da pessoa em causa, justificar convenientemente a escolha e contactar previamente as famílias dos homenageados.

Relativamente à sessão solene da Assembleia Municipal na noite de 24 de Alpiarça, o deputado realçou a forma elevada como decorreram as cerimónias, ressaltando no entanto que o PS parecia estar interessado apenas em homenagear os dois nomes propostos pela sua bancada, e não, como todos os outros membros da Assembleia, em homenagear os quatro lutadores antifascistas que nessa noite foram condecorados com a Medalha da Liberdade, uma vez que nem o munícipe João Carvalho Pereira nem o munícipe Jacinto Marvão foram mencionados no

discurso do Partido Socialista. O deputado enalteceu por fim a postura de todos os familiares dos homenageados.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado referiu-se à apresentação pelo autor, na inauguração da Feira do Livro, dos livros de viagens de Tiago Salazar e ao incómodo que essa apresentação pareceu provocar em grande parte da assistência, dado que um dos livros falava de uma viagem entre a Polónia e a Lituânia e da visita a prisões para presos políticas dos regimes comunistas da antiga União Soviética.

Para além disso, o deputado mostrou-se sensibilizado com o teor de uma carta aberta publicada no último número da Voz de Alpiarça, que dava conta da insatisfação da Múncipe Irene Teodoro Mendes, viúva de Homero Machacaz, ex-comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, depois de ter sido recusada a sua pretensão de ingressar no lar de idosos da Fundação José Relvas, ainda que se dispusesse a abdicar da quase totalidade da sua reforma. Esta situação causava à múnice tanto mais desagrado quanto se trata do lar da terra de onde é natural e de onde era natural o seu marido, que tanto fez pela terra, pelos Bombeiros e pela Junta de Freguesia. O deputado lamentou esta situação e perguntou se o Executivo ou a Assembleia não poderá intervir de alguma forma para resolver esta situação.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado apresentou um requerimento à Mesa da Assembleia para que seja apresentado ao Executivo Municipal a fim de que disponibilize à Bancada do PS da Assembleia Municipal a cópia de alguns documentos relacionados com a instalação na Reserva do Cavalo Sorraia de trabalhadores dinamarqueses contratados por uma empresa situada na Zona Industrial.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada referiu-se ainda às homenagens do 25 de Abril dizendo que a CDU fez hoje uma tentativa de limpar a sua imagem relativamente ao sentido do seu voto na última Assembleia, escudando-se em irregularidades de natureza processual que são inexistentes. Além disso, a deputada quis deixar bem claro que o PS nunca votou contra qualquer proposta de atribuição da Medalha da Liberdade, ao contrário do que fez a CDU. A deputada não aceita que a CDU se escude por trás de uns dados biográficos que o PS não apresentou aquando da proposta de homenagem para que tivessem reprovado a proposta.

Por fim, a deputada referiu-se à iluminação pública. Afirmou entender a necessidade de reduzir custos, mas não entende que por exemplo na sua rua cheguem a estar sete postes seguidos de iluminação desligados, quando a ideia inicial era desligar alternadamente postos contíguos. Existem também ruas com falta de iluminação e a deputada já constatou que na zona da Barragem, local que muitos múnices escolhem para fazer as suas caminhadas, as luzes só se acendem muito tarde.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado recordou que na última Assembleia o motivo formal evocado não foi o único a pesar na decisão da CDU de votar contra a proposta de homenagens. Nessa sessão o deputado João Osório evocou como razão para não aprovar a proposta o facto de esta Assembleia ainda não conhecer os moldes em que a Autarquia iria festejar o 25 de Abril, e portanto podia acontecer que não se criassem as condições para proceder às homenagens nos moldes que têm vindo a ser prática desta casa. Quanto à

acusação de não ter mencionado os outros dois homenageados no texto que leu na sessão solene, o deputado lembrou que se limitou a referir os homenageados propostos pela Assembleia, único órgão para o qual foi eleito, até porque, tendo os outros dois nomes sido propostos em Reunião de Câmara, o deputado não teve conhecimento atempado dessas homenagens e portanto não as podia ter mencionado no seu discurso.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar. A deputada apresentou uma moção na qual se fazia a apologia do projeto do Triatlo do Clube Desportivo "Os Águias".

A Presidente da Mesa pôs a moção à discussão, tendo-se inscrito em primeiro lugar o deputado Fernando Ramalho.

O deputado afirmou sentir-se muito orgulhoso dos resultados obtidos pelos triatletas dos Águias, e por essa razão votará favoravelmente esta moção. Reconhecendo que o triatlo em Alpiarça atinge níveis de excelência que a todos compraz, o deputado não pôde no entanto deixar de referir que o facto de essa modalidade estar a conseguir bons resultados não justifica que se invista tudo no Triatlo e se menospreze as outras modalidades, deixando por isso o alerta para que não se caia nesse extremo.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado afirmou também estar de acordo com esta moção, elogiando a coerência deste projeto e o empenho demonstrado não só pelos atletas, mas também pelos dirigentes e pelos familiares dos atletas, sem os quais o projeto do Triatlo não teria chegado onde chegou.

Intervenção do deputado Henrique Santana. Relativamente à intervenção do deputado Fernando Ramalho, o deputado mencionou que houve um aumento de atletas inscritos em todas as modalidades representadas no Clube Desportivo "Os Águias" desde 2007 até agora. Recordou ainda que nessa altura existiam quatro secções a funcionar, contra as treze secções desportivas que agora existem, num total de 720 atletas, o que demonstra a preocupação da gestão daquele clube com todas as modalidades da mesma forma, e não só com o Triatlo, como normalmente se tenta insinuar.

Posta à votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

Antes de dar de novo a palavra à deputada Inês D'Aguiar, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Vereador Carlos Pereira a fim de responder às questões relacionadas com os seus pelouros, uma vez que este tinha de se ausentar em seguida.

O Vereador começou por responder à questão relacionada com a iluminação pública, informando que as luminárias foram desligadas alternadamente nas ruas José Relvas, Manuel Paciência Gaspar, Silvestre Bernardo Lima, Ricardo Durão, Queiroz Vaz Guedes, e na zona da Barragem. Está ainda prevista uma última fase de redução da iluminação nas restantes ruas, quer da vila, quer dos lugares, trabalhos que de resto já foram pedidos à EDP há cerca de três semanas. O Vereador reconheceu que a dada altura se detetou um problema na Rua Silvestre Bernardo Lima, a qual tinha um troço com vários postes desligados, situação que foi comunicada à EDP e que foi prontamente resolvida. Já quanto ao horário da iluminação, o Vereador informou que também já foi pedida à EDP uma retificação.

Relativamente ao jardim da Gouxaria, o Vereador reconheceu que a vegetação desse jardim não está nas melhores condições e informou que está programada para quinta-feira da próxima semana uma intervenção no local.

Terminada a intervenção do Vereador Carlos Pereira, a Presidente da Mesa voltou a dar a palavra à deputada Inês D'Aguiar a fim de que prosseguisse com a sua intervenção.

A deputada congratulou o Executivo por todas as iniciativas que têm realizado no denominado *Abril – Mês da Liberdade*. Evocando as acusações da oposição de que a falta de iniciativas de âmbito cultural em Alpiarça seria confrangedora, a deputada argumentou que, para além de essa acusação não corresponder à verdade, cai por terra perante a variedade e quantidade de iniciativas que decorreram ao longo deste mês. A deputada considera de lamentar que com tanta atividade, os eleitos do PS não tenham aproveitado para estar presentes em nenhuma delas.

Também em resposta à acusação de que não havia atividade relevante na Casa dos Patudos que merecesse o investimento feito nessa infraestrutura, a deputada enumerou as iniciativas que decorreram desde a reabertura do Museu em 31 de Outubro, acentuando que em nenhuma dessas iniciativas esteve presente um elemento da bancada socialista desta Assembleia. Já relativamente ao número de visitantes, a deputada realçou que, por exemplo, em Fevereiro e Março de 2012 se tenha alcançado o maior número de visitantes nestes meses dos últimos 5 anos, e que desde que o Museu reabriu se tem verificado um aumento muito significativo da afluência por comparação com anos anteriores.

Por fim, a deputada referiu-se ainda às homenagens do 25 de Abril e à afirmação da Bancada do PS de que teria sido o Presidente da Assembleia a permitir que as homenagens se tivessem realizado, dizendo que a realização das homenagens não se ficou a dever apenas à intervenção do Presidente da Assembleia, mas a todo o Executivo Municipal, até porque este ano foi a Câmara Municipal quem organizou estas cerimónias. Quanto à acusação de que a CDU estaria a fazer uma tentativa de limpar o sentido de voto, a deputada lembrou que a CDU foi bastante clara e coerente no que a essa matéria diz respeito e nunca se opôs aos nomes em causa. De resto, a deputada também não percebe como é que o PS, que tanto se empenhou nesta homenagem, perdeu doze oportunidades para o fazer enquanto esse partido esteve à frente dos destinos de Alpiarça. Por fim, a deputada referiu que o deputado Fernando Ramalho não pode evocar desconhecimento dos outros dois homenageados que omitiu no seu discurso, uma vez que pelo menos, e na pior das hipóteses, desde a véspera que sabia que iria haver quatro homenageados.

O deputado Fernando Ramalho pediu a palavra evocando a figura regimental da defesa da honra, pedido que foi rejeitado pela Mesa, uma vez que o nome do deputado não teria sido proferido.

Posto o que a Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo que, na pessoa do Presidente da Câmara, passou a responder às questões.

O Presidente começou por se congratular ironicamente pelo facto de todos os problemas de Alpiarça se resumirem às homenagens aos lutadores antifascistas, aos contentores na Reserva

do Cavalo Sorraia e ao apoio ao Triatlo, embora o Presidente não se iluda e saiba que não são estes os problemas de Alpiarça e lamente que o PS não esteja interessado em discutir e tentar contribuir para a resolução daqueles que são verdadeiramente os problemas do Concelho.

Comentando a intervenção do deputado João de Brito relativamente à apresentação do livro de viagens do escritor Tiago Salazar, o Presidente afirmou que o autor se limitou a plasmar o sentimento anti-comunista enraizado nas populações mais jovens desses países, sentimento que, de resto, tem razões objetivas porque de facto houve erros na aplicação do socialismo a Leste, facto que o Partido Comunista Português há muito reconheceu e criticou. Não obstante, o Presidente considera importante também não obliterar as conquistas importantes que nesses países se alcançaram durante os regimes comunistas. Em todo o caso, o Presidente entende que com o convite ao escritor a CDU demonstrou que não tem preconceito ideológico e que gosta de receber as pessoas e promover o debate de ideias, motivações que estiveram subjacentes à realização de todas as iniciativas no programa de *Abril – Mês da Liberdade* e da Feira do Livro. Daí que o Presidente lamente de novo a ausência nessas iniciativas de representantes das forças políticas da oposição.

Relativamente à Fundação José Relvas e à situação descrita pelo deputado João de Brito, o Presidente comentou que existe claramente um problema de limitação de espaço, o que pode levar a que surjam práticas em que a ideia de reservar aquele espaço para as pessoas do Concelho, e sobretudo para as pessoas desfavorecidas do Concelho, deixe de ser equacionada e se entre numa lógica de mercado, opção que o Presidente considera errada. O Presidente lembrou, no entanto, que a Câmara não tem poder de decisão no Conselho de Administração dessa instituição, mas prontificou-se, agora que se sente mandatado pela Assembleia Municipal, a colocar o assunto com mais incisão na próxima reunião dos órgãos da Fundação.

Já quanto ao requerimento do deputado Paulo Sardinheiro, o Presidente informou previamente que foram instalados na Reserva do Cavalo Sorraia dois contentores de apoio a um conjunto de jovens que vieram trabalhar numa campanha agrícola na base de uma candidatura a um projeto internacional a este nível por parte de uma empresa sediada na Zona Industrial. Depois das negociações entre a Câmara e a empresa interessada, a Câmara considerou que se tratava de uma mais-valia para o Concelho e deu luz verde para a ocupação do espaço. De resto, foi assegurado, à semelhança do que já aconteceu, por exemplo com o corpo de escuteiros, que em termos ambientais não haverá prejuízo para o espaço.

No que respeita ao apoio ao Triatlo, o Presidente lamentou que se ande a tentar passar a ideia falsa de que a Câmara estará a privilegiar esta modalidade em detrimento de outras, até porque o nível de apoio à atividade desportiva subiu este ano em relação àquilo que era a prática no Executivo anterior e num momento em que a grande maioria das autarquias do país reduz o investimento no movimento associativo. Para além de que os critérios para atribuição de subsídios são bastante transparentes e assentam, sobretudo, no número de praticantes inscritos por modalidade. O Triatlo, por sua vez, mereceu uma única atenção especial por parte do Município que, mediante uma proposta de desenvolvimento da modalidade apresentada pelo Clube Desportivo os Águias, e tendo em conta os resultados alcançados pelos atletas, decidiu aceitar abdicar da mensalidade de setecentos e cinquenta euros que a Escola de Natação dos Águias pagava à Câmara pela utilização das piscinas municipais para que esta

verba passasse a ser adjudicada ao projeto do Triatlo. O Presidente é da opinião de que este apoio excepcional se justifica, dada a projeção que a modalidade dá a Alpiarça, e não vê onde é que este apoio pode prejudicar as outras modalidades.

O Presidente referiu-se ainda à moção apresentada pelo deputado Fernando Ramalho com o título “Em defesa do poder local”, dizendo que se o PS se preocupasse verdadeiramente com o poder local não tinha tomado as medidas que tomou enquanto foi Governo, pelo que o Presidente considera esta moção um bom exemplo de cinismo político, afirmação que fundamentou com base nas acusações ao novo governo constantes na moção, as quais podem ser dirigidas na mesma exacta medida ao PS.

Por último, o Presidente comentou que, no seu entender, o que destoou na cerimónia comemorativa do 25 de Abril foi a referência a apenas dois nomes dos quatro nomeados por parte do deputado Fernando Ramalho.

O deputado Fernando Ramalho interveio evocando o regimento nos termos do art.º 25 que, segundo o deputado, não consagra à intervenção do Presidente da Câmara durante o período de antes da ordem do dia o direito de fazer comentários políticos ou outros senão no âmbito estrito dos esclarecimentos que prestar mediante solicitação dos membros da Assembleia Municipal. O deputado evocou ainda os art.º 32, que concede o direito a qualquer membro de usar da palavra em defesa da honra, e o art.º 33, que concede o direito a qualquer membro de interpor recurso das decisões da Mesa, afirmando que ambos os direitos lhe foram sonogados.

A Senhora Presidente da Mesa solicitou que o Deputado Fernando Ramalho, apresenta-se o seu esclarecimento e reclamação de forma escrita.

Depois de um intervalo e tendo-se chegado à meia-noite, a Presidente da Mesa colocou à votação a continuidade dos trabalhos. A continuidade dos trabalhos foi aprovada por maioria, com três votos contra e quatro abstenções.

Retomando os trabalhos, a Presidente da Mesa leu o requerimento apresentado pelo deputado Fernando Ramalho no qual se enumeram os artigos do regulamento desta Assembleia que foram infringidos pelo Presidente da Câmara durante a sua intervenção e os artigos que foram infringidos pela Mesa ao não conceder o uso da palavra ao deputado.

Posto o que deu a palavra ao deputado João de Brito, que pediu a palavra evocando a figura regimental da defesa da honra.

O deputado reiterou que considera inadmissível que se recuse quinhentos euros mensais de uma munícipe para ser admitida na Fundação José Relvas, quando um familiar do deputado foi admitido por muito menos dinheiro para um lar em Almeirim. Já relativamente à apresentação do livro do escritor Tiago Salazar na Feira do Livro, o deputado referiu que o facto de se estar a discutir essa iniciativa faz cair por terra a tese do Presidente de que a oposição não estaria presente nas atividades organizadas pela Câmara.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O Presidente da Câmara começou por referir que se não se tivesse aprovado a continuidade dos trabalhos, como era vontade dos deputados do PS, o Município de Alpiarça não teria as contas aprovadas no prazo legal, pelo que o Presidente pergunta se nesse caso eram os deputados dessa bancada que se responsabilizavam por esse facto. O Presidente entende que esta atitude dos deputados podia prejudicar os interesses do Concelho, ao mesmo tempo que revela falta de responsabilidade.

Relativamente ao requerimento do deputado Fernando Ramalho, o Presidente afirmou que ele contém incorreções, nomeadamente no que se refere ao tempo da intervenção do Presidente durante o período antes da ordem do dia, que na verdade não excedeu os vinte minutos, e no que se refere ao teor das suas considerações, que visavam unicamente as intervenções dos deputados.

Prestados estes esclarecimentos, o Presidente passou a destacar da informação escrita que apresentou à Assembleia a reunião da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na qual esteve presente o Secretário de Estado da Administração Local, a quem os municípios aderentes expressaram o seu desacordo quer em relação à Lei dos Compromissos, quer à Reforma Administrativa Local.

Da atividade recente realçou ainda o acompanhamento ao deputado da Assembleia da República, eleito pela CDU, António Filipe, à Escola E. B. 2, 3/S de José Relvas, numa reunião solicitada pelo grupo de trabalho da Assembleia do PCP; o OTL da Páscoa que, à semelhança do que já aconteceu com OTL de Verão, não teve limite de inscrições; e a reunião em Évora com o Presidente da CCDR-Alentejo, na qual se tentou perceber o ponto de situação das candidaturas aos fundos comunitários, cuja previsão de reabertura é agora o mês de Junho. Houve ainda uma reunião da Associação de Municípios Portugueses, que não consta desta informação mas da qual o Presidente quis dar nota, onde se discutiu também a Lei dos Compromissos e a Reforma Administrativa.

Por último, o Presidente informou a Assembleia que a Casa dos Patudos recebeu uma menção honrosa na área da preservação e restauro, na sequência de uma candidatura ao Prémio SOS Azulejo 2011, distinção concedida pelo trabalho sobre o painel de Jorge Pinto, no rés-do-chão da Casa. Ainda relativamente aos Patudos e à semelhança da deputada Inês D'Aguiar, o Presidente realçou o crescimento ímpar do número de visitantes desde a reabertura do Museu,

facto que se deve em grande parte aos trabalhadores que, não obstante serem menos, se têm desdobrado em funções e zelo, e ao conservador, Dr. Nuno Prates, que tem realizado um trabalho excecional.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho mencionando os azulejos do jardim da Casa dos Patudos, que considera valiosos mas cujo estado de conservação não será o ideal. O deputado sugeriu que se fizesse alguma coisa no sentido de não os deixar degradar mais. O deputado aproveitou ainda para fazer uma consideração extemporânea, lembrando que quando o anterior Presidente da Câmara aproveitou o uso da palavra nesta Assembleia para fazer um pequeno desabafo depois de ter sido absolvido num processo de tribunal que decorria contra ele, a bancada da CDU caiu em cima do Presidente e criticou a oportunidade de momento e lugar de tal excursão. Folga por isso o deputado em ver que este Presidente da Câmara mudou de ideias relativamente a esse assunto.

O Presidente respondeu à questão relacionada com os azulejos dizendo que o Executivo está atento a esse problema e está a estudar a forma de, sem custos muito elevados, recuperar esse painel. Já quanto à intervenção do anterior Presidente da Câmara que o deputado mencionou, o Presidente afirmou recordar-se que nessa ocasião toda a gente ouviu as palavras do Presidente de então em silêncio, sendo que as considerações a que o deputado se refere foram tecidas posteriormente.

- Ponto 2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas do ano de 2011, Relatório de Gestão, Anexo do Relatório de Contas do PSF, Declarações de Pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2011 e Declaração dos Compromissos Plurianuais, conforme Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro, para quem este relatório de contas, à semelhança do do ano passado, é um documento político que tece considerações sobre a atividade da Autarquia de forma estritamente política, isto é, sem sustentação factual, nomeadamente, por exemplo, no que se à realização da Alpiagra, que é apodada de mais-valia sem que se substancie essa afirmação que vai, de resto, à revelia do que o deputado entende ter sido a realidade da Alpiagra deste ano.

Relativamente às questões financeiras propriamente ditas, o deputado perguntou se há alguma dívida a terceiros mais significativa e o que se está a fazer para reduzir essa dívida; a que se deve o montante tão elevado de depósitos em instituições bancárias, o qual acarreta custos, de onde é que ele provém e como é que está a ser gerido; e, por fim, qual a causa para o incremento do montante da dívida quando seria suposto que estivesse a diminuir e depois, incremento estimado na ordem dos dois milhões.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado estranhou que o valor global da dívida do Município em 31/12/2011 seja superior ao valor global da dívida em 31/12/2009, o que representa um agravamento da dívida em 7,27% de 2010 para 2011, isto depois de se terem conseguido resultados positivos em 2010.

Por outro lado, o deputado realçou o aumento da receita de IMI, o que prova que a política tão criticada de construção de novos edifícios em Alpiarça está a dar os seus frutos. O deputado

constatou ainda que o aumento da receita de impostos compensa largamente aquilo que o Município deixou de ter em termos de transferências correntes do orçamento de Estado, o que o leva a crer que a situação da Câmara em termos de receitas não é tão má como inicialmente se podia supor dadas as circunstâncias.

O Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo, relativamente à intervenção do deputado Paulo Sardinheiro, que concorda que se trata de um documento político, até porque não poderia ser outra coisa, e acrescentando, relativamente à Alpiagra, que não concorda que tenha havido decréscimo de visitantes, embora admita menos gente nos restaurantes, fenómeno de resto transversal a toda a sociedade e que reflete as dificuldades das pessoas. Tudo isto carece de confirmação, dado que a Câmara não dispõe de meios para contar o número de visitantes da Alpiagra, e por isso este Executivo decidiu, ao contrário do que já foi prática em tempos, não avançar com números imaginários.

Quanto à constatação de que a dívida aumentou, o Presidente contrapôs os números do saldo de gerência que orça em cerca de 1.600.000,00€ positivos, o que permite ao Município de Alpiarça antecipar problemas que se agravarão com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos. Ainda em relação à dívida, existem verbas que não puderam ser liquidadas em 2011 ou por falta de cabimentação ou por haver processos pendentes relativamente a algumas empresas, o que obrigou a relegar esses valores para este plano de contas.

Em relação à receita e ao aumento direto dos impostos IMI e IMT, o Presidente é da opinião que tal se deve sobretudo à atualização dos dados decorrente das avaliações que têm sido feitas.

Por último, o Presidente reiterou que a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro foi fundamental para o reequilíbrio das contas, assegurando, embora com dificuldades, que se mantivesse a atividade regular da Autarquia e que se conseguisse pagar o investimento que foi feito, sobretudo ao nível das obras do Centro Escolar e da Casa dos Patudos. Tudo isto não teria sido possível se se tivesse seguido outro caminho.

Posto à votação, o ponto 2 foi aprovado por maioria com 5 abstenções dos deputados do PS.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Sénior Municipal.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada sugeriu uma alteração no regulamento que uniformizaria a requisição de documentação por parte da Autarquia para comprovação do enquadramento de determinado proponente nos requisitos de acesso a este Cartão.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado perguntou se o transporte gratuito semanal para o cemitério, medida prevista neste regulamento, não está já em vigor, assim como a gratuitidade dos transportes para visitas organizadas pela Autarquia, medida que também está prevista neste regulamento e que o deputado julga estar já em vigor.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho perguntando se os idosos que não aderirem ao Cartão Sénior Municipal deixarão de ter acesso gratuito a estes transportes. Para além disso, entende o deputado que a Câmara não tem maneira de saber qual é o rendimento

do agregado com a consulta dos documentos que são pedidos neste regulamento, pelo que esta questão deveria ser repensada e o documento revisto, pelo menos no sentido de exigir a apresentação da declaração do IRS a fim de comprovar os rendimentos auferidos pelos requerentes.

Intervenção do deputado Mário André reafirmando a necessidade de consulta das declarações de IRS dos proponentes a fim de garantir a equidade de acesso a este Cartão.

Antes de passar a palavra ao Vereador João Arraiolos para responder às questões, o Presidente da Câmara explicou que na génese deste cartão esteve a assunção da responsabilidade da Autarquia para com os idosos do Concelho, sobretudo nestes tempos mais difíceis, responsabilidade que de resto já se espelhava no programa eleitoral da CDU, e a assunção de um compromisso com o PSD, que na pessoa do deputado João de Brito fez esta sugestão aquando da elaboração do Plano de Atividades.

O Vereador João Arraiolos esclareceu que no regulamento existe uma alínea que reserva o direito à Autarquia de solicitar qualquer outro documento para efeitos de avaliação das condições do requerente para aceder ao Cartão do Idoso, pelo que sempre que a Autarquia entender pode solicitar as declarações de IRS para comprovar os rendimentos de determinado agregado familiar. Quanto à questão da comparticipação nos medicamentos, nada impede a acumulação de subsídios, pelo que se o Sistema Nacional de Saúde comparticipar 50%, o beneficiário pode contar ainda com outra comparticipação de mais 25% do preço do medicamento através da utilização deste cartão. Quanto à questão de saber se os não beneficiários deste cartão deixam de poder usufruir gratuitamente dos serviços de transporte da Autarquia, o Vereador esclareceu que se tratou apenas de registar oficialmente este serviço que já vem sendo praticado há algum tempo, embora continue a ser gratuito para qualquer cidadão. No caso das eventuais viagens e visitas organizadas pela Autarquia, a Autarquia reserva-se o direito de cobrar passagens para essas iniciativas pontuais, sendo que os beneficiários deste cartão passarão a ficar isentos do pagamento dessas passagens.

O Presidente afirmou, contudo, não se opor a que fique expressa no regulamento a exigência da entrega da declaração do IRS.

Posto à votação, o ponto 3 foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 4 – Proposta nº 10/12 permuta das parcelas conforme proposta de afetação ao Domínio Público Municipal da parcela do Sr. António Saragoça André e desafetação do Domínio Público Municipal da parcela cedida pelo Município.

O ponto 4 foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____